

A FILOSOFIA NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

*Antônio Joaquim Severino**

Resumo:

O autor analisa o papel da Filosofia no currículo dos diversos cursos universitários, defendendo a imprescindibilidade da disciplina quando se busca um modelo de formação superior que não se restrinja ao tecnicismo.

Palavras-chave: Filosofia, ensino superior, formação, Bildung

Introduzindo: o pragmatismo montante de nosso ensino superior

Falar hoje da necessidade e da importância da formação filosófica no contexto da formação universitária certamente pode causar perplexidade na maioria das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, com o ambiente acadêmico. Com a completa impregnação da cultura contemporânea por exacerbado pragmatismo, a educação superior vem sendo vista, cada vez mais, como apenas um aparelhamento técnico para o exercício de operações funcionais na sofisticada engrenagem tecnológica da produção. O que realmente contaria doravante é a capacitação para o manejo de funções técnicas ou tecnicizadas no mundo da produção, sejam elas relacionadas ao comando operacional das engenharias e das medicinas ou à elaboração de petições no campo jurídico ou até mesmo na composição de relatórios no campo das ainda chamadas Ciências Humanas. Esta perspectiva tecnicizante tornou-se tão forte e proeminente que até mesmo o conhecimento científico em si, como leitura teórico-experimental do mundo, só tem efetivamente sentido e valor quando diretamente ligado a uma eficácia técnica. Tal parece vir se configurando como um novo espírito de um novo tempo!.... Alvo de uma verdadeira idolatria, sob um clima de deslumbramento

* Faculdade de Educação da USP. Contatos: severino@usp.br

frente às sofisticadas performances tecnológicas, apoiada nos poderosos avanços da informática, toda essa cultura da contemporânea humanidade está gerando e nutrindo um ethos que, pomposamente, considera-se até mesmo pós-moderno, no sentido em que teria alcançado um estágio que superaria as ambições racionalismo iluminista da modernidade, em suas pretensiosas metanarrativas. Embora não caiba aqui evidenciar que as raízes reais dessa cultura se encontram na própria dinâmica da economia capitalista, sob roupagem neoliberal, é o modo atual da produção econômica da vida que serve de lastro sustentador dessa cosmovisão que atua então como legitimação ideológica dos novos processos econômicos e sociais. É esta modalidade de economia neoliberal que dá as cartas, delineando as referências da vida humana, tanto no plano coletivo como no plano pessoal (indicação de fontes sobre este tema).

O impacto deste fenômeno se faz particularmente visível no modo de ser da atual modalidade do ensino superior, como se pode perceber muito bem na dinâmica da universidade brasileira da atualidade. Por mais que discursos retóricos insistam num esforço contra-ideológico, a realidade da vida universitária, expressa através de sua prática efetiva, revela-se inteiramente conduzida na direção desse pragmatismo montante. Na verdade, a própria legislação específica, como é o caso das recentes Diretrizes Curriculares dos diversos cursos superiores, traduz esse direcionamento da política educacional que, por sua vez, resulta de moldagens transnacionais, uma vez que é característica substantiva desta nova ordem econômica e cultural, a sua condição globalizada, o que significa, na prática, o transplante e a imposição de modelos culturais e conseqüentemente, também de modelos educacionais dos países que ocupam posições de hegemonia e dominação, no plano internacional. O que estamos observando hoje, neste início de século, no processo de transformação da política do ensino superior e na

cultura universitária é exemplo palpável dessa tendência. Não é outra a razão pela qual tanto o modelo histórico das IES públicas e mesmo daquelas caracterizadas por perfis ideológicos confessionais estão perdendo aceleradamente terreno para aquele modelo de IES assumidamente mercantil. O reconhecimento e a valorização desse novo formato de universidade se tornaram possíveis por que o que se passou a esperar de uma IES é, na verdade, um outro tipo de “formação”, que pode muito bem ser socializada, “universalizada”, mediante uma simples relação de transmissão formal, como ocorre com qualquer outra esfera de bens e serviços. Modernizar a Universidade, adequá-la às exigências do novo tempo, para muitos gestores e teóricos da educação superior, nada mais seria do que atribuir-lhe esta função de transmitir essa preparação técnico-operacional que habilite todo profissional a inserir-se, azeitadamente, na cadeia da produção econômica¹.

A formação filosófica como exigência intrínseca da formação universitária

Como repensar, nesse contexto, a presença da filosofia nos currículos universitários? A discussão sobre a razão de ser da filosofia no ensino superior recoloca-se no âmago dessa problemática. Afinal, o que está em causa é a concepção da formação humana que se espera da Universidade que vai justificar a necessidade da

¹ Essa visão da educação superior não é obviamente exclusiva da cultura brasileira. Ao contrário, está atrelada à nova ordem mundial globalizada, tornando-se presente no mundo inteiro. A situação é tal que sua assumpção na política de ensino superior pela União Européia traz à mente a reflexão de que a universidade ocidental, nascida em Bolonha, também vai aí desaparecer, uma vez que é a famosa Carta de Bolonha que marca o início dessa transformação do modo de conceber a educação superior. Correndo o risco de uma generalização esquematizante, isso representaria, afinal, a vitória do modelo americano sobre o modelo europeu de universidade.

presença da filosofia nas mediações curriculares dos cursos universitários. Se o objetivo da Universidade for o de propiciar apenas uma preparação técnica para o mundo da produção, então a filosofia torna-se mesmo dispensável, desnecessária e até mesmo prejudicial.

Por isso, até para colocar em debate a simples presença da filosofia na formação universitária, impõe-se admitir como premissa básica que a Universidade se destina a algo mais que certificar profissionais tecnicamente habilitados. Igualmente, só a partir desse pressuposto, cabe discutir mediações possíveis para que se possa realizar uma formação filosófica.

A idéia então que proponho explicitar é que a finalidade da educação superior não pode exaurir-se nesse perfil de profissionalização técnica. E que, além desse obviamente necessário preparo técnico dos profissionais e da fundamentação científica que deve servir-lhe de lastro, a educação superior precisa investir profundamente na formação humana dos estudantes. E que esta formação humana, para além de qualquer retórica idealista, tem tudo a ver com uma forma aprimorada do existir das pessoas humanas, historicamente situadas. Está em pauta uma referência muito concreta e objetiva à maturidade intelectual das pessoas e à percepção do papel do conhecimento no processo histórico de constituição dos sujeitos de construção da humanidade. O conhecimento, em que pesem todas as suas limitações e contradições, é o instrumento de que dispõe a espécie humana para dar sentido a sua existência. Sem dúvida, pressupõe-se igualmente que a existência humana tenha que ter algum sentido ainda que tenha de ser constituído pelos próprios homens.

Isso quer dizer que o que estamos considerando como filosofia é uma atividade de reflexão, uma modalidade de exercício da subjetividade cognoscitiva que se envolve exatamente com o delineamento desse sentido, articulando e complementando todas as outras modalidades congêneres, num esforço conjunto e convergente com vistas à elucidação do sentido da existência e do esclarecimento de referências para a orientação da prática humana, o grande processo mediador de sua existência. Em que pesem todos os seus tropeços e ambiguidades, não é senão a efetivação dessa prática reflexiva o que se pode ver ao longo da milenar trajetória da produção filosófica em todas as culturas com expressão histórica. Não foi a outra a pretensão e a intenção de todos aqueles pensadores, considerados filósofos pelas diferentes culturas, em todas as épocas históricas. Quaisquer que tenham sido as formas que essas atividades assumiam, tanto num plano lógico-epistêmico como no plano de suas linguagens, elas sempre se apresentaram com a pretensão de esclarecer o entendimento que os homens têm dos diferentes aspectos de sua existência no mundo, propondo referências para que a condução seja feita de uma determinada maneira, ainda quando isso é dito de forma mais implícita do que explícita.

Assumo, pois, a significação da filosofia como modalidade de saber que se refere à realidade, à densidade do real, por mais opaca e resistente que seja a essa abordagem. Este é o significado nuclear que é a fonte dinamizadora de todo empreendimento elucidador realizado pelo conhecimento, mesmo quando se exerce concretamente por formas indiretas. O que quero dizer é que filosofar é pensar o real, quaisquer que sejam as formas históricas e concretas mediante as quais esse real se expressa à nossa experiência. Assim, mesmo quando a reflexão se dedica ao entendimento do próprio processo de conhecer, por exemplo, quando pensa a ciência, a

arte, a religião, mesmo quando se debruça sobre o pensamento objetivado no texto, ele visa, ao fim e ao cabo, pensar o sentido da realidade mediatizada particularmente no ser humano.

Por isso mesmo, no meu modo de ver, todas as definições que se tem dado à filosofia, como, por exemplo, a “de produzir conceitos”, “de validar a ciência”, de escoimar a linguagem de seus vícios lógico-linguísticos, só podem sustentar-se se, em última análise, isto seja feito com o objetivo primordial de contribuir para o esclarecimento do significado de existir humano na histórica. A razão fundamental de ser de todo pensamento é o de investir nessa elucidação. É claro que isso não é feito só pela filosofia; ao contrário, a contribuição de todas as outras modalidades de conhecimento, de todas outras formas de exercício da subjetividade, é significativa e imprescindível para que se aproxime, ao longo do desenrolar da prática investigativa e reflexiva, desse sentido do existir histórico-social do homem, ou seja, para que os homens possam ir constituindo subjetivamente a cultura objetiva de seu mundo. Por sinal, essa é a tarefa da própria humanidade: humanizar, cada vez mais sua condição que emerge enraizada no mundo pré-humano da natureza e de seus determinismos.

É, pois, como tarefa do coletivo humano que o conhecimento deve se exercer na sua plenitude. Ele é estratégia fundamental da vida da espécie. E é por isso que o desenvolvimento da capacidade de reflexão filosófica, tanto quanto das demais modalidades de exercício da subjetividade, se torna relevante no caso de toda formação profissional e, *a fortiori*, no nível da formação universitária. Essa capacidade de pensar a totalidade, de forma integrada, é dimensão imprescindível na formação profissional,

sob pena de se transformar essa em mera habilitação técnico-operacional, vazia de significado humano.

A ausência de uma iniciativa pedagógica destinada a suscitar uma reflexão sistemática, envolvendo uma dimensão crítica, não evita o exercício de pensamento. Só que esse vácuo será ocupado por um pensar alienado e dogmático, fortemente ideologizado. A ideologia faz então a defesa do pragmatismo na formação universitária, falseando o papel do conhecimento e do ensino. Argumentos pretensamente sólidos são apresentados para legitimar essa pragmaticidade da formação profissional, inclusive desqualificando as propostas educacionais de perfil humanístico. Por mais que seja exitosa essa postura, ela não deixa de provar a necessidade de uma justificação do investimento educativo: na falta de uma filosofia crítica, avança-se uma racionalização dogmática, sonhando-se aos estudantes uma perspectiva de abordagem mais sistemática e crítica da realidade histórica dos homens.

O que está, pois, em pauta, na formação que se espera que a Universidade forneça aos estudantes de todas as áreas, independentemente de sua destinação profissional, é o desenvolvimento, o suscitar e o amadurecer dessa capacidade de reflexão integradora dos sentidos, de modo que toda pessoa se torne um “pensador”, não no sentido de uma especialização separada, mas de alguém que tenha desenvolvido sua sensibilidade intelectual à condição de sua existência histórica, como pessoa inserida num tempo histórico e num espaço social, tornando-se o mais capaz possível de inserir o micro-sentido de seu existir pessoal no macro-sentido de seu existir social, passando a viver nas coordenadas de um projeto.

Sem dúvida, estamos falando de um horizonte ideal, de uma referência teleológica, pois, o existir histórico vai se dando na objetividade dura e resistente do real. Muitos são os obstáculos, os impasses a serem enfrentados, levando-se em conta os a priori existenciais que nos condicionam em nossa facticidade, contingência e finitude. Uma radical imanência que é, no entanto, atraída pela transcendência da significação humanizadora. A existência histórica dos homens é, em decorrência disso, uma dura luta, e uma epopéia, uma lenta e dolorida caminhada, sem ponto de chegada definido.

E nesse entrevero diuturno, o conhecimento é a ferramenta mais específica de que o homem dispõe, desde que não tenha seu exercício reduzido a sua eficácia técnica. Está aí a razão de ser da própria filosofia, uma das dimensões do exercício da subjetividade humana, a mostrar essa capacidade de se ir além dos limites do manejo técnico do mundo na reprodução da vida material da espécie.

Por um sentido integral da educação universitária

Considerado de uma perspectiva mais imediata, o ensino superior é mediação intencional e sistemática de uma educação voltada para a qualificação científica e técnica, com vistas à preparação de profissionais dos diversos campos da atividade humana, incluindo daqueles profissionais que vão se dedicar ao próprio exercício de construção e disseminação do conhecimento científico. Prepara, então, os cientistas, os técnicos, os especialistas, todos direcionados para atuar no universo da produção material, no âmbito da vida social e na esfera da cultura simbólica, os três grandes espaços em que se dão as práticas fundantes do existir humano. É pela sua prática real

que os homens conduzem sua existência histórica, direcionando-a rumo a fins que eles mesmos devem estabelecer a partir de valores que vão balizar suas opções.

Em sendo o conhecimento, como atividade geral da subjetividade, a única ferramenta de que a espécie dispõe para conduzir sua existência, norteando sua prática real, as finalidades das instituições educacionais se constituem fundamentalmente pelo desenvolvimento do próprio conhecimento. Desse modo, o que se espera da educação universitária é que **desenvolva ao máximo o conhecimento científico e tecnológico em todos os campos e dimensões que contribuem** para a superação do amadorismo e a apropriação da ciência e da tecnologia disponíveis para alicerçar o trabalho de intervenção na realidade natural e social. Aqui está em pauta subsidiar os futuros profissionais para se apossarem dos conhecimentos científicos e técnicos bem como dos processos metodológicos da produção desses conhecimentos. Também o domínio de habilidades técnicas, relacionadas com seu campo de atuação profissional, é exigência insuperável, seja para a adequada eficácia no âmbito de sua prática produtiva, seja para resgatar a essencial significação do trabalho como atividade básica do ser humano.

Mas esta finalidade não esgota o sentido e a responsabilidade da educação universitária, pois além dessa formação técnico-científica, a *Bildung* formadora do homem como ser cultural, pressupõe ainda o desenvolvimento ao máximo da **sensibilidade ética e estética das pessoas**, com vistas ao delineamento do *telos* da vida e da própria educação, o que só pode ser feito graças a uma profunda percepção da condição humana. Sentir a razão de ser da existência e a pulsação da vida. Esta exigência decorre da condição social e cultural do nosso existir histórico. Não estamos apenas lançados frente às necessidades da sobrevivência junto ao mundo material, nossa

subsistência tem a ver com o existir no seio de uma sociedade e de uma cultura simbólica, por nós mesmos criadas, em decorrência do exercício de nossa subjetividade. Nossa situação existencial nos insere numa malha complexa de elementos pertinentes à convivência social, com sua trama de relações de poder, bem como pertinentes ao universo simbólico de nossa subjetividade.

Uma densa compreensão dessa nossa condição de seres pessoais, dotados de subjetividade, de nossa inserção numa determinada sociedade histórica bem como de nossa pertença à espécie humana é, sem dúvida, objetivo intrínseco de toda educação, a qualquer momento de nossa formação e sob qualquer modalidade e nível sob os quais ela é praticada. Mas, essa finalidade se eleva a um grau máximo na educação superior. Nenhum profissional será, efetivamente em sua prática histórica, apenas um técnico; ele será necessariamente um sujeito interpelado pela história, pela sociedade, pela cultura e pela humanidade, devendo dar-lhes respostas que vão muito além de seu desempenho puramente operacional no âmbito da produção. É por isso mesmo que a concretude objetiva da vida humana é tão marcada de conflitos, violências e barbárie. Todas essas modalidades de contradições nascem da opacidade da significação que os homens enfrentam na condução de sua existência seja no plano do social ou no plano de sua subjetividade.

A justificativa da necessidade da filosofia no ensino superior encontra-se nessa finalidade intrínseca da educação como formação integral das pessoas, à vista de seus compromissos com a própria humanidade. Assim, cabe também ao ensino superior fomentar e subsidiar o desenvolvimento **ao máximo da racionalidade filosófica** dos estudantes, futuros profissionais, numa dupla direção: numa frente, esclarecendo o

sentido da existência e, noutra, afastando o ofuscamento ideológico dos vários discursos. Construir uma contra-ideologia como ideologia universalizante que coloca os produtos do conhecimento para atender os interesses da totalidade dos homens.

Mas este propósito depara-se com um obstáculo crucial que instaura uma aporia para os educadores. Até que ponto ainda caberia falar de uma racionalidade filosófica, apta a exercer uma atividade reflexiva que tenha como referente essa realidade humana? Ou, até que ponto o conhecimento consegue romper a opacidade do mundo real de nossa experiência? Seria a pretensa modalidade filosófica do conhecimento a via de acesso ao real?

Concluindo: a *Bildung* necessária na contingência ontológica e nas carências ônticas.

O propósito de minha comunicação é apresentar uma argumentação a favor da imprescindibilidade da presença da filosofia como componente curricular em todos os cursos universitários, uma vez que essa necessidade não se prende a eventuais especificidades de conteúdo das diversas áreas de profissionalização oferecidas pelas instituições de ensino superior, mas sim à própria natureza da formação de qualquer profissional. Trata-se uma exigência do processo formativo em geral e não de uma formação específica, em particular. Daí a necessidade de se partir de uma concepção muito clara do que vem a ser essa formação humana geral, que deve estar envolvida em qualquer outra modalidade de formação técnico-profissional e por ela pressuposta.

Preliminarmente, é preciso esclarecer que toda formação, geral ou específica, pressupõe sempre mediações didático-pedagógicas. Foi exatamente este pressuposto que explicou e legitimou a criação, pelas sociedades históricas, das instituições especializadas de ensino, entendidas como lugares próprios para o trabalho didático-pedagógico sistematizado, que sempre foi considerado apto a preparar as novas gerações de aprendizes, repassando-lhes, de forma intencional e sistematizada, habilidades, conhecimentos e competências para a condução de sua vida prática, em todos os campos em que essa vida se desdobra. O currículo é então, no seu sentido mais amplo, o conjunto das mediações formativas, de cunho didático e pedagógico, destinadas a viabilizar essa transposição dos elementos propriamente formadores, de modo que os educandos possam deles se apropriar, fazendo deles sangue de seu sangue, incorporando-os significativamente. A imprescindibilidade desses elementos formativos colocam a exigência da presença efetiva e explícita de componentes dos correspondentes campos de conhecimento nas grades curriculares para que possam ser apropriados pelos sujeitos em formação. Cabe então descartar, desde o início, inserções transversais desses elementos ao longo do desenvolvimento do processo pedagógico em ação. A transversalidade na inserção de conteúdos formativos tem sim determinada eficácia, mas ela se dará sempre e necessariamente sob uma perspectiva espontaneística, da qual fica ausente a principal qualidade de toda aprendizagem formativa, qualidade que é constituída pela autonomia do sujeito que se forma e pela criticidade na incorporação de todo conteúdo a ser apreendido e aprendido.

Mas o que vem a ser a formação? É processo do devir humano como devir humanizador, mediante o qual o indivíduo natural devém um ser cultural, uma pessoa. Para nos darmos conta do sentido desta categoria, é bom lembrar que ela envolve um

complexo conjunto de dimensões que o verbo *formar* tenta expressar: constituir, compor, ordenar, fundar, criar, instruir-se, colocar-se ao lado de, desenvolver-se, dar-se um ser. É interessante observar que seu sentido mais rico é aquele do verbo reflexivo, como que indicando que é uma ação cujo agente só pode ser o próprio sujeito. Nesta linha, afasta-se de alguns de seus cognatos, por incompletude, como informar, reformar, e repudia outros por total incompatibilidade, como conformar, deformar. Converge apenas com transformar...

Minha idéia de formação é, pois, aquela do alcance de um modo de ser, mediante um devir, modo de ser que se caracterizaria por uma qualidade existencial marcada por um máximo possível de emancipação, pela condição de sujeito autônomo. Uma situação de plena humanidade. A educação não é apenas um processo institucional e instrucional, seu lado visível, mas fundamentalmente **um investimento formativo do humano**, seja na particularidade da relação pedagógica pessoal, seja no âmbito da relação social coletiva. A interação docente é **mediação universal e insubstituível dessa formação** tendo-se em vista a condição da educabilidade do homem.

Trata-se, sem dúvida, de um objetivo que soa utópico e de difícil consecução, à vista da dura realidade histórica de nossa existência. Mas é um horizonte a ser constantemente almejado e buscado, mesmo diante das **condições atuais da civilização, por mais que estejam marcadas pelo poder de degradação, no mundo técnico e produtivo do trabalho, de opressão, na esfera da vida social e de alienação, no universo cultural**. Estas condições manifestam-se, em que pesem as alegações em contrário de variados discursos, como profundamente adversas à formação, o que tem levado a um crescente descrédito quanto ao papel e à relevância da educação, como

processo intencional e sistemático. No entanto, esta situação degradada do momento histórico-social que atravessamos só faz aguçar o desafio da formação humana, necessária pelas carências ônticas e pela contingência ontológica dos homens, mas possível pela educabilidade humana. Para além da necessária habilitação técnica, o que está em pauta, quando se fala da profissionalização perseguida pela educação universitária é uma autêntica *Bildung*, uma *paidéia*, formação de uma personalidade integral.

Bibliografia

BORNHEIM, Gerd. *Dialética: teoria e práxis*. 2. ed. Porto Alegre, Editora Globo, 1983.

CARVALHO, Cristina H. A. de. *Agenda neoliberal e a política pública para o ensino superior nos anos 90*. Caxambu: Anped, 2004. Trabalho apresentado na 27^a. Reunião Anual.

FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. *Educar em tempos incertos*. Porto Alegre: Armed, 2004.

GENTILLI, Pablo e SILVA, Tomaz T. da. (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HABERMAS, Jurgen. *Pensamento pós-metafísico*. Rio: Tempo Brasileiro, 1990.

LOMBARDI, J. C. e GOERGEN, Pedro. (orgs.) *Ética e educação: reflexões filosóficas e históricas*. Campinas: Autores Associados/HISTDEBR, 2005.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L (orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Lisboa, Presença, 1976. 2 v.

PIAGET, Jean. *Epistemologia genética*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

PIAGET, Jean. *Ilusão ou filosofia?* Lisboa, Rés Editora, {1976}.(Coleção Teoria e Conhecimento, 13).

PIAGET, Jean. *Sabedorias e ilusões da filosofia*. São Paulo: Difel, 1969.

SEVERINO, Antônio J. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.

SEVERINO, Antônio J. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho d'Água, 2001.